

Codesa nega irregularidades

A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) respondeu ontem às acusações de irregularidades administrativas feitas pelas bancadas municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), de Vitória e Vila Velha, há 55 dias atrás. O documento contém sete páginas e está assinado pelo presidente-substituto do Conselho de Administração da Codesa, Paulo Antônio Dantas Da Rin. Ali, ele cita os 11 itens da acusação e faz uma resposta resumida para cada um deles.

A acusação do PT no sentido de que a empresa de engenharia Enefer foi contratada sem o processo de licitação, mereceu a seguinte resposta: "Em virtude dos frequentes descarrilamentos sofridos pelas composições ferroviárias, a referida contratação foi justificada, devido à urgência dos serviços e por ser a Enefer a única firma cadastrada na Codesa em projetos ferroviários". Já a acusação de que a Codesa indenizou o terminal da Usiminas em um valor superior aos equipamentos "sucateados", mereceu uma justificativa com seis parágrafos.

A empresa portuária afirma que "tinha que se assegurar da reintegração de posse do cais de Paul, a fim de reativá-lo para melhor atendimento aos seus usuários, devido ao seu reduzido número de berços. A privatização

da Usiminas poderia dificultar todo o processo de negociação". A denúncia sobre a entrega de áreas, dentro de Capua, sem concorrência pública, teve também um rebate. No caso específico da firma Star, a empresa diz que o contrato de arrendamento foi firmado com a Rhodes S.A., em conformidade com o edital de concorrência. Esse silo passará a integrar o patrimônio da Codesa dentro de 10 anos.

Para os silos da Ceval Agro Industrial e Richco Vitória, respectivamente de 15 mil e 12 mil toneladas, a Codesa fez uma justificativa da importância desses contratos firmados. "Os contratos representam grande esforço comercial da Codesa para atrair usuários interessados em movimentar grãos em seu terminal de cereais, garantindo, contratualmente, uma movimentação mínima de 120 mil toneladas de pellets de soja (Ceval) e 100 mil toneladas de soja em grão (Richco)". A Codesa termina esse item dizendo que "qualquer outra empresa poderia e poderá fazer contrato operacional nas mesmas condições".

Imposto

Em relação à afirmação da bancada do PT de Vitória e Vila Velha, no sentido de que a empresa portuária está sonegando ISS, a empresa deu uma

resposta de 28 linhas. A Codesa afirma que o contrato operacional com os exportadores de café prevê o pagamento pelo exportador à Codesa do tributo. "É bom lembrar que a Codesa, como empresa pública, não tem interesse em pagar menos impostos", explica. "Com a adoção do contrato operacional, a Codesa, em 1991, registrou um recorde histórico na movimentação de café em sacas (5,5 milhões de sacas), contribuindo para aumento na receita do Estado e para a Prefeitura de Vitória", prossegue.

A polêmica levantada pelos vereadores em relação a uma área de Capua que está sendo pleiteada no Departamento de Patrimônio da União (DPU), pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), teve justificativa. "A atual diretoria da Codesa tem feito esforços para regularizar a área de interesse, já tendo obtido pareceres favoráveis de todos os órgãos envolvidos. Esperamos, a qualquer momento, a publicação de portaria resolvendo o assunto".

Ao finalizar, Paulo da Rin afirma: "Estamos, portanto, preservando o patrimônio público e procedendo de acordo com a política do Governo federal, estimulando a expansão das atividades da iniciativa privada voltadas para a movimentação portuária".